

Borracha natural

Perspectiva para a safra de 2004/05

Paulo Morceli¹

Introdução

A *Hevea Brasiliensis*, planta originária da Região Amazônica, encontrada naturalmente nas matas dos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Pará e em áreas vizinhas ao Brasil, no Peru e na Bolívia, produz a borracha natural, que, dadas as suas características físico-químicas (elasticidade, resistência ao desgaste, impermeabilidade a líquidos e gases, isolante elétrico, plasticidade, etc.) a indústria química ainda não foi capaz de produzir um substituto apropriado. Existe, sim, a borracha sintética, produto originário da indústria petroquímica e largamente utilizado, puro ou misturado, na produção de muitos artefatos, mas que não atende integralmente às necessidades de determinadas aplicações onde as características do produto natural são imprescindíveis.

A borracha foi usada, primeiramente, como impermeabilizante de botas e mochilas do exército português, porém, logo foram descobertos outros usos, elevando de forma substancial o interesse pelo produto. Em 1839, segundo Dean, já existia um comércio ativo do produto brasileiro com a Inglaterra. O interesse era tanto que foram feitos vários estudos botânicos por aquele país, culminando com *Henry Wickham* ter levado, em 1876, aproximadamente 70 mil sementes de seringueira para a Inglaterra. As cerca de 2.700 mudas obtidas foram plantadas, em caráter experimental, no Ceilão, atual Sri-Lanka,

colônia inglesa do sudeste asiático onde, tendo encontrado condições ideais, desenvolveu-se de tal forma que transformou a região na maior produtora e exportadora de borracha do mundo. Além de desbancar o Brasil como maior produtor, passou a dificultar seriamente a capacidade competitiva da borracha brasileira, em razão da diferença do sistema de exploração. No Brasil prevalecia o extrativismo no meio de uma floresta inóspita, enquanto que lá eram extraídas de áreas racionalmente cultivadas.

A cadeia produtiva da borracha, no Brasil, tomando por base a seringueira, tem três segmentos distintos, conforme é mostrado na Fig. 1: a atividade rural com a produção extrativista e de cultivo, as indústrias de beneficiamento e a indústria consumidora final. O extrativismo é praticado na Região Norte, local de origem da planta, enquanto a heveicultura está presente nos Estados da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, do Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, do Pará, de Pernambuco, do Paraná, de Rondônia e de São Paulo. As indústrias de beneficiamento estão instaladas em dez estados e as indústrias de consumo final em 16 estados.

Panorama internacional

A produção mundial de borracha para o ano de 2004, como mostra a Fig. 2, está

¹ Economista, técnico de planejamento da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. paulo.morceli@conab.gov.br

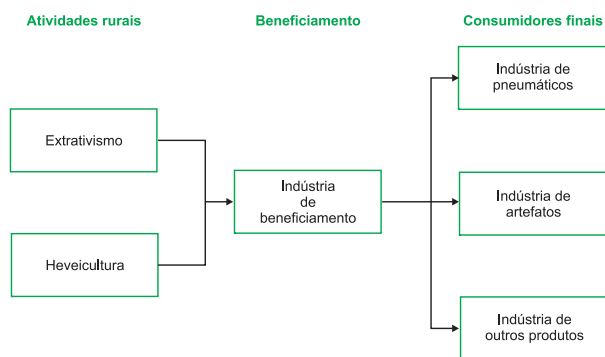


Fig. 1. Setores envolvidos na produção, beneficiamento e consumo da borracha natural.

estimada em 8,3 milhões de toneladas, e o principal produtor continua sendo a Tailândia, com 2,9 milhões de toneladas, ou seja, 35,15% do total. Em seguida vem a Indonésia com a produção prevista em 1,9 milhão de toneladas e a Malásia com 1 milhão. É importante observar que este último país tem apresentado redução na produção em razão de os seus seringais estarem em fase de renovação e, também, muitos heveicultores estão deixando a atividade e dedicando-se ao plantio de palma, atualmente mais rentável.

É importante observar que mais de 90% de toda a produção mundial está concentrada nos países da Ásia (Tailândia, Indonésia, Malásia, Índia, China, Vietnã e outros de menor expressão), e não existe a possibilidade de se reverter este quadro em médio prazo. Dois fatores foram decisivos para que isso aconte-

cesse: os investimentos feitos, especialmente pela Inglaterra, na adaptação da *Hevea Brasiliensis* ao clima da região e os investimentos econômicos na exploração do látex. Atualmente já aparecem alguns focos importantes de produção nos países africanos banhados pelo Oceano Atlântico, tais como Libéria, Camarões e Nigéria. Em 2004, o Brasil deverá alcançar a nona posição como produtor mundial, devendo contribuir com apenas 100 mil toneladas, ou seja, 1,36% da previsão de produção total mundial.

Estima-se que o consumo chegará, em 2004, a 8,2 milhões de toneladas. Os principais usuários são mostrados na Fig. 3. O consumo na China vem crescendo de forma excepcional nos últimos anos, pois passou de 852 mil toneladas, no ano de 1999, para a previsão de 1.595 mil toneladas em 2004, com incremento de 87,21% no período. Dois fatos explicam o que está acontecendo: o aumento do consumo de borracha na fabricação de pneus (para uso interno e exportação) e na produção de artefatos de borracha, especialmente pequenos brinquedos vendidos em lojas de R\$ 1,99.

Os Estados Unidos, que era o maior consumidor, posição perdida para a China a partir de 2001, vem mantendo a demanda em torno de 1,1 milhão de toneladas por ano, pois sua indústria atende a mercados estabilizados com pouca variação no consumo de matéria-prima. Em geral, com exceção da China, nos demais países consumidores a demanda tem crescido a taxas

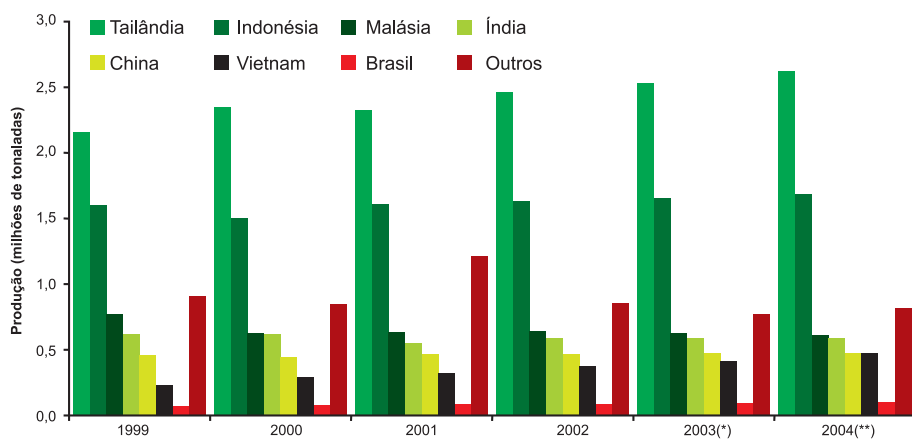


Fig. 2. Produção de borracha natural nos principais países, em milhões de toneladas. Fonte: IRGS Rubber Statistical Bulletin vol. 58, nº 7, October 2003. Elaboração: Conab(*) estimativa(**) Previsão Conab.

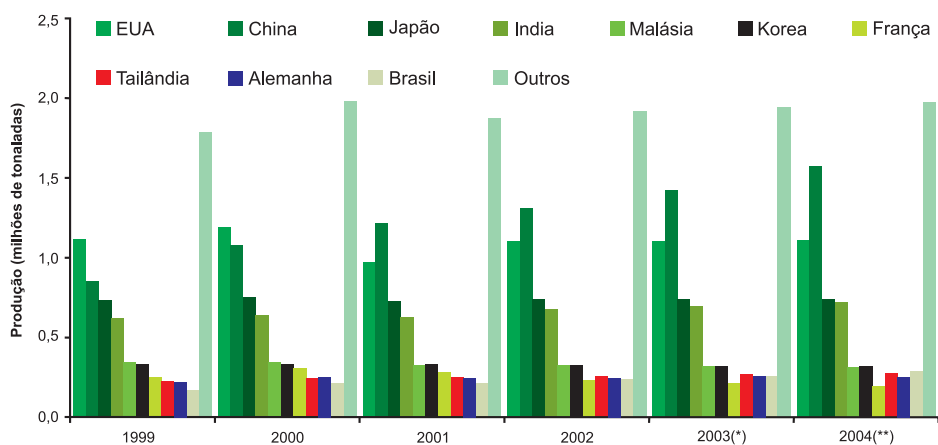


Fig. 3. Principais países consumidores de borracha natural, em milhões de toneladas.

Fonte: Rubber Statistical Bulletin Vol. 57, nº 7, Abril 2003.
Elaboração: Conab
(*Estimativa e (***) Previsão Conab.

pequenas. Na projeção para o ano sob análise, foi estimado o incremento do consumo em 3,94%. É importante observar que de modo geral os principais produtores não são consumidores importantes, de forma que existe um importante comércio internacional dessa matéria-prima.

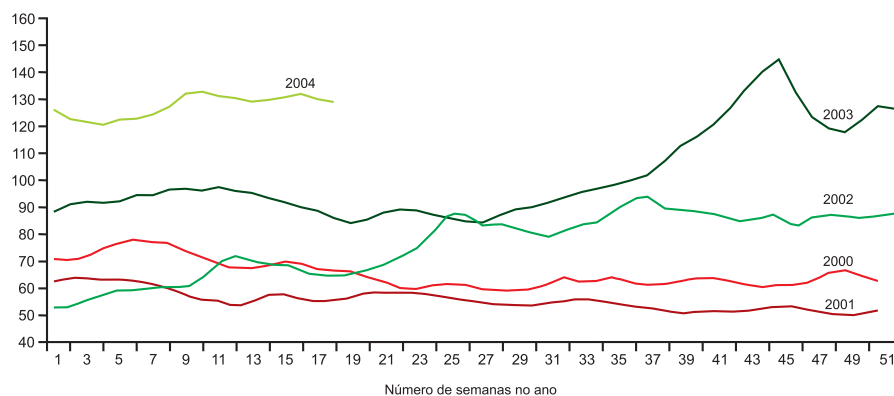
Cerca de 70% de toda borracha natural consumida no mundo é destinada à produção de pneus para as mais diversas aplicações. A maioria das empresas pneumáticas é constituída de grandes conglomerados econômicos que têm poder de pressão na formulação dos preços de compra da matéria-prima. Entretanto, os países produtores dependem da comercialização de látex, pois são economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, e qualquer fonte de renda é muito importante não podendo ser desprezada. Esse fato faz com que os preços, na maioria dos casos, fiquem ao sabor das políticas dos compradores e não dos vendedores, resultando, quase sempre, no aviltamento dos preços.

Para romper com essa situação, em dezembro de 2001 a Tailândia, a Indonésia e a Malásia, os maiores produtores mundiais, firmaram um acordo para a formação do International Tripartite Rubber Cooperation – ITRC –, com a finalidade de reduzir a produção em 4% e as exportações em 10%. Na evolução do acordo, em 06/10/2003, foi assinado em Bali, capital da Tailândia, o International Rubber Consortium Limited – IRCO –, com o fito de controlar os estoques, o comércio e os preços da borracha, podendo aderir a essa instituição o Vietnã, a Índia e o Sri-Lanka. O capital da entidade foi fixado em US\$ 225 milhões e o valor de cada país-membro foi calculado com base na sua produção, cabendo à Tailândia o valor de US\$ 100 milhões, à Indonésia US\$ 75 milhões e à Malásia US\$ 50 milhões.

Conforme pode ser visto na Fig. 4 a medida foi acertada, pois a partir de então os preços iniciaram um importante processo de reação, tendo atingido a melhor cotação na semana de

Fig. 4. Standard Malaysian Rubber nº 10 - SRM-10. Cotações médias semanais, em US\$/kg.

Fonte: Malaysian Rubber Board. Cálculo das médias e elaboração: Conab/Sugof - Dados de 02/01/2000 a 06/12/2002.



17 a 21/06/2002 com a média de US\$ 87,16/kg. A seguir sobreveio um período de pequenas reduções e elevações e, no final do ano, a borracha estava cotada em US\$ 87,75/kg na Malaysian Rubber Board. A cotação média da primeira semana de 2003 foi de US\$ 88,39/kg, subindo até US\$ 94,72/kg na semana de 17 a 21/03/2003, sofrendo algumas reduções, até atingir o pico de baixa de US\$ 84,43/kg, no período de 30/04 a 04/05/2003, voltando a subir novamente e chegando ao valor expressivo de US\$ 144,96/kg, na primeira semana de novembro do ano passado, se mantendo com períodos de queda e elevações, de modo que na última semana de fevereiro de 2004 atingiu US\$ 127,27 por quilo. Nos dois últimos meses da série, as cotações na MRB passaram de US\$ 134,35 por quilograma de SMR-10 para US\$ 128,94, portanto redução de 4,03% em tão pouco tempo, mas que não chega a preocupar, pois está em sintonia com a volatilidade dos preços do produto em uma bolsa internacional.

Como é um produto de ciclo longo, em que a primeira colheita ocorre só entre o sexto e o oitavo ano após o plantio e se estende por cerca de 30 anos, não são as condições de oferta e demanda que produzem as variações de preços com tanta intensidade, mas sim fatores externos ao ambiente de produção. Recentemente, nos anos de 1996 e 1997, a crise asiática, que provocou um grande desastre econômico nos principais países produtores, foi a responsável pela desvalorização das moedas locais e perda das cotações da borracha produzida nesses países. Com a recuperação dessas economias e com os resultados do acordo anteriormente referido, os preços vêm se firmando de forma bastante intensa. Assim, em 10 de março de 2004 o IRCO resolveu fixar o preço mínimo para a venda da borracha, padrão SMR-10, por US\$ 1.10 o quilo na exportação ao mercado mundial.

Panorama nacional

Da segunda metade do século 19 até a segunda década do século 20, a borracha

natural proporcionou e sustentou um dos mais importantes ciclos de desenvolvimento do Brasil, o Ciclo da Borracha. Nesse período, grandes empresas e bancos instalaram-se em Manaus, AM e Belém, PA para operarem com esse produto. A produção amazônica cresceu ano após ano e em 1912 o Brasil exportou 42.286 t de borracha seca ao preço de 380 libras esterlinas por tonelada (o maior preço foi obtido em 1910 com 655 libras esterlinas por tonelada quando foram exportadas 38.547 t).

O interesse despertado pelo produto, principalmente em razão dos fatos marcantes como as descobertas do tecido impermeável e bolas elásticas por Handcock, em 1815, da vulcanização por Charles Goodyear, em 1839, do pneumático e câmara de ar por R.W.Thomson, em 1845, dentre tantos outros, fez com que muitos especialistas estudassem a borracha com grande interesse. Ocorreram fatos menos nobres como é o caso do contrabando de cerca de 70 mil sementes feito pelo inglês Henry Wickhan que as plantou no Kew Garden em Londres, das quais 2.397 germinaram, e 1.900 foram mandadas ao Ceilão (atual Sri Lanka), algumas para a Malásia e duas para o Centro de Pesquisa de Culturas Tropicais em Java (Indonésia). Conforme pode ser verificado, na Fig. 5, a faixa entre os Trópicos de Câncer e de Capricórnio é apropriada para a exploração intensiva da seringueira, daí o bom desenvolvimento que tem acontecido nessas regiões.

Os dirigentes brasileiros demoram muito para tomar qualquer decisão, visando ampliar a capacidade de produção do Brasil e, em muitos casos, de forma equivocada. A primeira iniciativa foi de Henry Ford que, preocupado com o controle do abastecimento dessa importante matéria-prima para componentes de seus carros, adquiriu uma fazenda no Pará, no final dos anos 20, do século passado, onde foram plantadas 70 milhões de mudas numa área de um milhão de hectares, tendo como meta a produção de 300 mil toneladas anuais de borracha natural, cerca de metade do consumo mundial, à época. Entretanto por problemas fitossanitários, o projeto não logrou êxito e mais

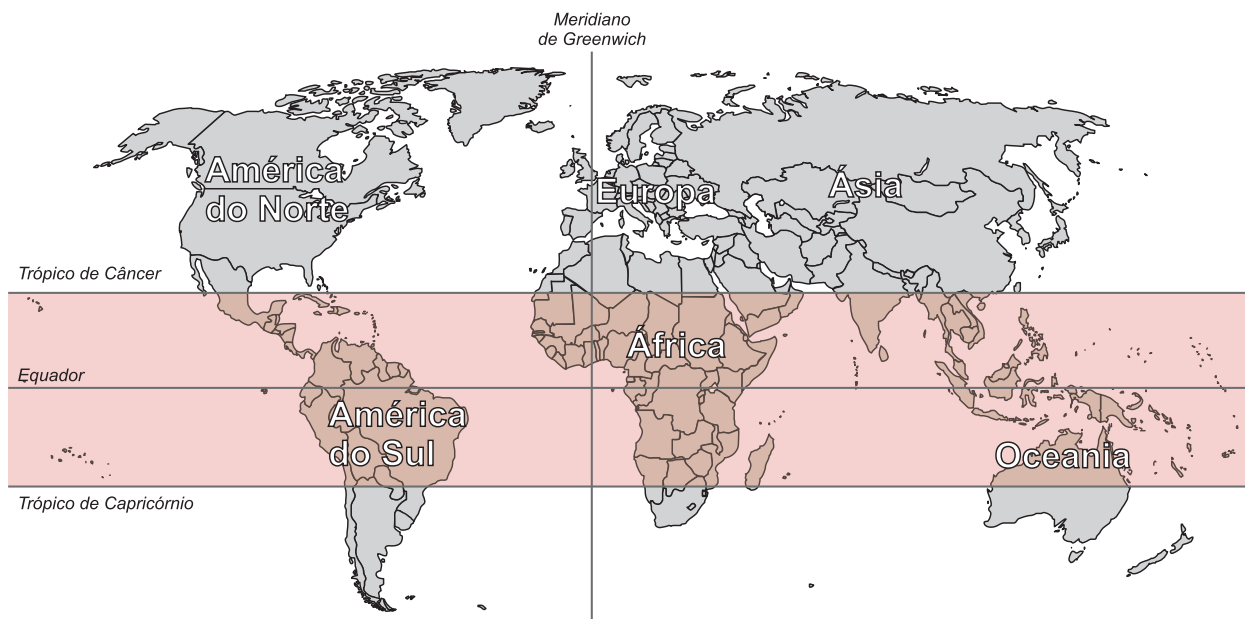


Fig. 5. Região apta para o desenvolvimento da seringueira.

tarde foi abandonado, amargando pesados prejuízos.

Os japoneses, ao tomarem a Malásia na Segunda Guerra Mundial, interromperam o fornecimento de 95% da borracha natural exportada e trouxeram grandes dificuldades para os países aliados. Os Estados Unidos, principal afetado, adotaram várias medidas, algumas internas como: a redução da velocidade dos carros para apenas 35 milhas por hora, para reduzir o desgaste de pneus; a reciclagem de toda borracha existente; a convocação de todas as indústrias químicas e profissionais da área para buscarem um substituto para o produto natural, etc.

O Brasil, que ainda possuía suas árvores, e que apenas estava com o sistema produtivo desarticulado, foi chamado a colaborar com esse esforço. Assim, em março de 1942 foi assinado o "Acordo de Washington" que tinha como objetivo básico estimular ao máximo a produção da borracha amazônica, para aumentar o excedente exportável para os Estados Unidos. Nessa época ocorreu o grande

incentivo para que brasileiros de outras regiões fossem para a Amazônia e daí surgiu o termo "soldado da borracha". Inicia-se, então, o período em que o setor passa a ser controlado pelo governo, através da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S/A., bem como é criada a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico – Sava –, com o objetivo de assegurar o suprimento regular de gêneros aos seringais. Entretanto, todo esse esforço foi esquecido logo após o fim do conflito e a produção voltou a decair, ficando os "soldados da borracha" e todo o sistema produtivo novamente relegado ao abandono.

Com a chegada das indústrias automobilísticas, no governo JK, inicia-se o período de produção menor que o consumo e, em 1951, o Brasil é obrigado a importar 400 t de borracha, ao preço de US\$ 1,250.00 por tonelada, para atender à indústria local. A partir de então, foram feitas várias tentativas para aumentar a produção brasileira, sendo que a mais importante foi o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal – Probor – que, em suas três versões,

contratou a plantação de 208.315 ha, tendo sido plantados, tão somente, 132.811 ha. Por terem sido concentrados os investimentos na Região Amazônica, os resultados obtidos foram muito aquém das expectativas, pelos mais diversos motivos, desde dificuldades próprias da região, como ataque de pragas e doenças, até o mau uso dos recursos públicos.

Por puro acaso, em 1915, foram plantadas algumas mudas na fazenda do Cel. José Procópio de Araújo Ferraz, no Estado de São Paulo, que se desenvolveram muito bem. Assim, a despeito da reação contrária dos representantes do extrativismo brasileiro, foram repassadas sementes para o Instituto Agrônomo de Campinas – IAC –, cujas plantas atingiram a idade adulta por volta de 1950. Em 1956, ao assumir o governo de São Paulo, Jânio Quadros deu maior atenção à seringueira, tendo sido criado o Serviço de Expansão da Seringueira – SES – e o Fundo de Fomento à Cultura da Seringueira, de modo que, em 1957, já havia cerca de 40 viveiros de produção de mudas no estado.

Dessa forma, os altos e baixos das políticas do setor produziram o resultado mostrado pelos dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – nas Tabelas 1 e 2, onde, em 1990 o Brasil produziu 24.284 t de látex coagulado, com 60% de DRC, num total de 63.641 ha, tendo passado, em 2002, a produção para 146.464 t, com o crescimento de 503,13%, numa área de 103.100 ha, com aumento de apenas 62,00%. Isso ocorreu graças à mudança do sistema de produção de borracha no Brasil, que se concentrou na heveicultura nas chamadas zonas de escape, ou seja, regiões aptas para o plantio da *Hevea*, mas não suscetíveis ao mal-das-folhas, e, ainda, pelo uso de clones mais produtivos e resistentes, muitas vezes importados do sudeste Asiático.

Essas duas tabelas mostram essa mudança: em 1990 a Região Norte participava com 9,25% do látex produzido em 4,67% da área e o Estado de São Paulo participava com 31,66% da produção, em apenas 5,84% da área total, com clones resistentes e produtivos. Os dados do ano de 2002 mostram que a Região Norte detinha

apenas 2,83% da produção e 7,35% da área, enquanto São Paulo produziu 50,53% do látex com 31,67% da área plantada, mostrando o significativo crescimento da heveicultura comparativamente à produção extrativista.

Deve-se ressaltar, ainda, que dentro do espírito de plantar a seringueira nos locais onde corre menor risco de ataques de pragas e doenças, são produtores importantes os Estados de Mato Grosso com a produção, segundo dados do IBGE de 2002, de 20,29% do total do Brasil, a Bahia com 11,41%, o Espírito Santo com 4,92% e Minas Gerais com 4,74%. Segundo dados constantes no Cadastro de Agentes, geridos pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab –, existem 7.050 produtores de borracha, 73 indústrias de beneficiamento e 476 indústrias consumidoras finais, e São Paulo concentra o maior número de agentes dos três segmentos.

A Fig. 6. indica que o Brasil é importador tradicional de borracha, fato este que vem acontecendo desde 1951, e a Fig. 7 mostra os diferentes tipos de borracha que foram importados, no período de 1992 a 2003, com a predominância pelas compras da matéria-prima prensada ou granulada, utilizada pela indústria de pneumáticos. Até 1998, tendo em vista uma certa estabilidade no consumo e na produção interna, as importações também eram mantidas com relativa constância. A partir de então, o consumo começa a crescer de forma acentuada, levada pelo aumento da produção interna, o que é muito importante, de modo que se conclui que o aumento no consumo deu-se em razão da maior oferta interna de matéria-prima.

Entretanto, apesar de ser uma constatação evidente não é de todo verdadeira. O principal motivador para o crescimento do consumo de borracha pela indústria está relacionado ao fornecimento da matéria-prima a preços compatíveis com os que eram praticados no mercado internacional. Como foi visto na Fig. 4 os preços internacionais, em razão das crises asiáticas, estiveram em patamares muito baixos (a média de 1997 foi de US\$ 46,16/kg

Tabela 1. Quantidade produzida, em toneladas, no Brasil, regiões geográficas e estados.

Locais/Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Brasil	24.284	32.897	48.374	54.126	65.633	78.958	89.202	91.042	109.310	121.302	135.513	144.093	146.464
Norte	2.247	1.881	1.594	3.128	3.210	3.034	1.319	3.205	4.075	3.803	2.410	4.242	4.143
Roraima	-	97	435	352	448	460	426	543	362	140	161	313	317
Acre	-	-	-	-	-	165	205	286	229	243	373	1.046	852
Amazonas	16	-	6	14	14	32	10	10	10	16	16	16	16
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	2.231	1.784	1.153	942	902	531	352	579	1.396	1.248	1.160	1.465	1.439
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	1.820	1.846	1.846	326	1.787	2.078	2.156	700	1.402	1.519
Nordeste	8.780	9.200	11.935	11.743	12.173	15.484	17.252	15.240	15.401	15.888	21.696	22.278	19.679
Maranhão	37	87	133	181	662	848	1.281	1.769	1.688	1.716	1.626	1.650	2.258
Pauí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	-	-	-	21	23	23	40	1.146	1.140	15	1.260	764	706
Alagoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bahia	8.743	9.113	11.802	11.562	11.490	14.613	15.931	12.325	12.573	14.157	18.810	19.864	16.715
Sudeste	8.276	16.082	26.545	29.594	35.974	42.549	49.463	55.688	63.318	69.018	70.491	76.908	88.156
Minas Gerais	-	103	135	228	219	203	923	1.355	1.764	2.017	2.558	7.218	6.937
Espírito Santo	587	2.221	3.969	1.923	4.127	5.628	5.841	6.071	6.666	6.429	6.926	7.019	7.204
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4
São Paulo	7.689	13.758	22.441	27.443	31.628	36.718	42.699	48.262	54.888	60.572	61.007	62.666	74.011
Sul	-	-	-	-	-	-	31	109	200	266	352	508	640
Paraná	-	-	-	-	-	-	31	109	200	266	352	508	640
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	4.981	5.734	8.300	9.661	14.276	17.891	21.137	16.800	26.316	32.327	40.564	40.157	33.846
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	-	-	304	293	576	848	845	896
Mato Grosso	4.981	5.734	8.300	9.661	14.237	17.865	20.860	16.219	24.463	29.880	37.354	36.040	29.723
Goiás	-	-	-	39	26	26	277	277	1.560	1.871	2.362	3.272	3.227
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Tabela 2. Área plantada, em hectares, no Brasil, regiões geográficas e estados.

Locais/Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Brasil	63.641	44.071	47.892	54.960	62.230	63.283	70.078	71.631	85.841	87.860	96.587	100.554	103.100
Norte	2.971	3.250	3.670	4.262	4.719	5.555	3.370	3.601	3.946	3.505	3.341	4.069	7.577
Roraima	-	161	765	949	1.571	1.783	730	899	537	193	219	377	2.031
Acre	-	-	-	-	-	800	846	978	602	622	932	474	1.388
Amazonas	46	-	540	540	-	540	28	28	28	28	28	28	28
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	2.925	3.089	2.365	2.148	1.922	1.597	1.572	921	1.974	1.857	1.947	2.400	3.380
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	625	686	835	194	775	805	805	215	790	750
Nordeste	13.593	14.154	17.829	16.977	17.452	15.216	16.754	21.199	26.842	23.033	28.385	33.599	29.036
Maranhão	76	139	196	256	536	615	795	1.244	1.244	1.244	1.264	1.285	1.325
Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	-	-	-	-	89	104	169	468	429	80	353	431	436
Alagoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bahia	13.517	14.015	17.633	16.721	16.827	14.497	15.790	19.487	25.169	21.709	26.768	31.883	27.275
Sudeste	4.146	7.158	13.228	16.781	19.313	21.443	25.530	29.138	32.852	34.942	36.369	37.480	40.669
Minas Gerais	-	120	208	204	117	223	1.118	1.228	1.709	1.705	1.936	2.195	2.103
Espírito Santo	429	768	2.877	3.031	3.775	4.504	4.329	4.717	5.169	5.518	5.890	5.921	5.895
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	20
São Paulo	3.717	6.270	10.143	13.546	15.421	16.716	20.083	23.193	25.974	27.719	28.543	29.343	32.651
Sul	-	-	-	-	-	-	35	158	230	261	218	264	296
Paraná	-	-	-	-	-	-	35	158	230	261	218	264	296
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	42.931	19.509	13.165	16.940	20.746	21.069	24.389	17.535	21.971	26.119	28.274	25.142	25.522
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	-	-	177	202	399	511	516	519
Mato Grosso	42.931	19.509	13.165	16.940	20.555	20.988	24.154	17.123	19.563	23.470	26.198	23.007	23.065
Goiás	-	-	-	-	191	81	235	235	2.206	2.250	1.565	1.619	1.938
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

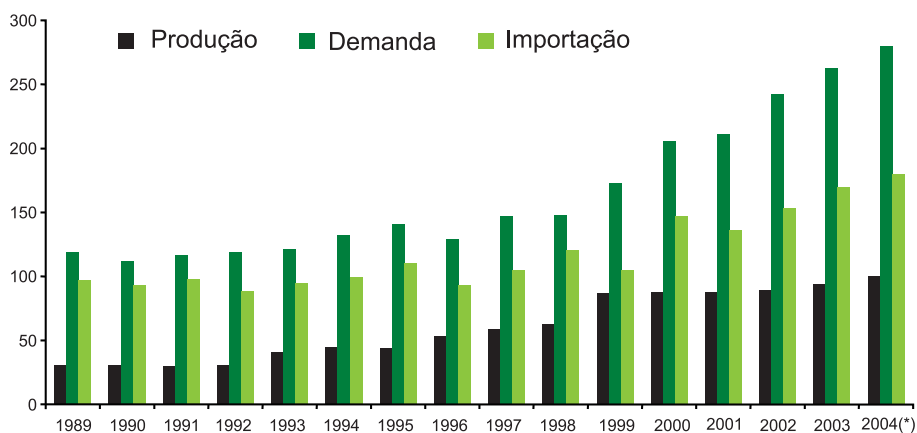
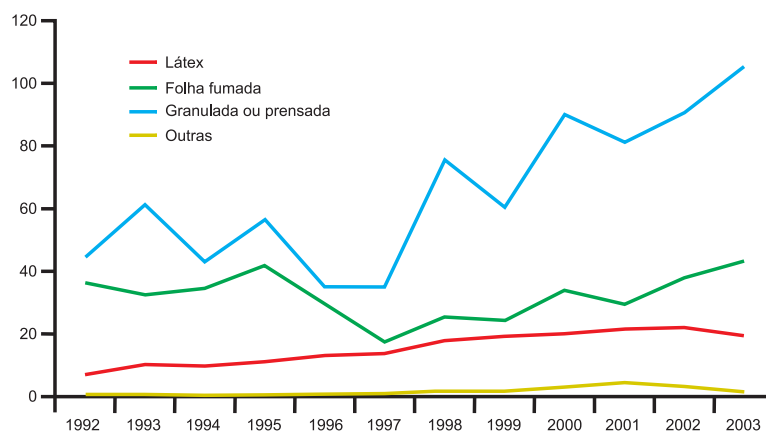


Fig. 6. Produção, importação e consumo brasileiros, de 1989 a 2004, em mil toneladas. Fontes: Abiarb, Anip, IBGE, Secex e Conab - Elaboração: Conab / Sugof (*) Previsão.

Fig. 7. Importações brasileiras, por tipo de produto, em mil toneladas. Fonte: MDIC / Secex. Elaboração: Conab



e de 1998 foi de US\$ 30,84/kg), tornando a produção interna gravosa, levando os produtores (heveicultores e extrativistas) a não fazerem o “corte” das árvores e a indústria consumidora a não investir no aumento de seu parque produtivo.

Dessa forma, para minimizar esse problema foi editada a Lei nº 9.479, em 12/08/1997, onde o governo federal comprometeu-se a dar uma subvenção máxima de R\$ 0,90 por quilo de borracha beneficiada do padrão Granulado Escuro Brasileiro, tipo 1 (GEB-1), adquirida pela indústria, sendo que para os demais produtos era calculada com base nas suas especificações e seguindo o padrão fixado na Portaria MF nº 187, de 29/06/1995. A subvenção era paga em 100%, nos primeiros quatro anos, e reduzida em 20% a cada ano até o seu oitavo ano de execução.

Em termos operacionais, o pagamento se dava da seguinte forma: pela Portaria, anteriormente citada, foram fixados os valores do GEB-1 em R\$ 2,58 por quilo e os correspondentes para os demais produtos. Mensalmente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa – calculava, tomando-se por base as cotações da borracha no mercado internacional, o valor correspondente à importação do SMR-10, chamado de preço de referência do governo federal. Se esse preço ficasse abaixo do valor fixado pela Portaria, a indústria de beneficiamento se candidatava a receber o valor correspondente à diferença, comprovada através de provas documentais.

A Fig. 8 mostra os efeitos da aplicação da subvenção no período de julho/2000 a 28/02/2004. Vê-se que o GEB-1 estava sendo vendido

pelas beneficiadoras, no início da série, por R\$ 1,36/kg, teve uma leve correção, atingindo a R\$ 1,58 em fevereiro de 2002. Com a elevação dos preços no mercado internacional, em junho de 2002 o industrial brasileiro passou a comprar a borracha no mercado interno por R\$ 1,92/kg, iniciando um processo de elevação constante dos preços, de modo que em agosto de 2002 o preço de referência do governo já estava em R\$ 2,75 por kg, ou seja, acima do "gatilho" e, portanto, terminando a necessidade do pagamento da subvenção. A seguir houve um período de redução nas cotações, em razão das desvalorizações das moedas da Tailândia e da Malásia, e o preço pago às usinas chegou a R\$ 2,89, em julho de 2003, mas recuperou novamente atingindo o pico de máximo das cotações, em dezembro de 2003, com R\$ 3,95 por kg, havendo novas quedas, de modo que, em fevereiro de 2004, a média foi calculada em R\$ 3,80.

Com relação aos preços ao produtor, tomando por base as cotações praticadas em São Paulo, segundo dados da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo – Faesp –, em julho de 2000 o coágulo era vendido por R\$ 0,81 por quilo, tendo sofrido reduções, de modo que em setembro de 2001 estava cotado por R\$ 0,76, já inclusa a subvenção econômica. Com a elevação das cotações internacionais, com reflexo nos preços do GEB-1, os beneficiadores passaram a remunerar melhor a matéria-prima e o coágulo virgem com 53% de DRC passou a ser comercializado, em abril de 2003, a R\$ 1,26/kg.

Entretanto, esses preços não tiveram muita sustentação e, em julho de 2003, com o avanço da coleta de látex, já estava sendo cotado por R\$ 1,01 por quilo, mas recuperou em seguida e, em novembro de 2003, já era praticado a R\$ 1,31 por quilo, aproximadamente.

A Tabela 3 mostra os valores e as quantidades envolvidas com o pagamento da subvenção no período de 1997 a 2002. No total foram envolvidas 439,4 mil toneladas de borracha, com a aplicação de 370,5 milhões de reais. Restam ainda para serem pagos R\$ 11.746.374,67, correspondendo a 18.358.606 kg de produto que estão em análise em função de auditorias executadas pela Conab nos últimos meses. A aplicação da subvenção econômica foi muito importante para o setor, pois permitiu que a borracha nacional adquirisse competitividade em relação ao produto importado provocando aumento na produção, no primeiro momento, e, logo a seguir, investimentos no plantio de novos seringais.

Tendo em vista os fundamentos apontados, tudo indica que as cotações do SMR-10 na MRB continuaram com os movimentos típicos de uma commodity, com elevações e retrações, mas certamente ficarão em patamares superiores àqueles que eram praticados anteriormente à criação do Acordo, especialmente depois de ter sido fixado o preço mínimo de venda. Assim, não existe qualquer possibilidade de o governo federal voltar a pagar subvenção econômica para este produto. Considerando as condições atuais, o

Fig. 8. Preços praticados no mercado brasileiro, em R\$/kg.

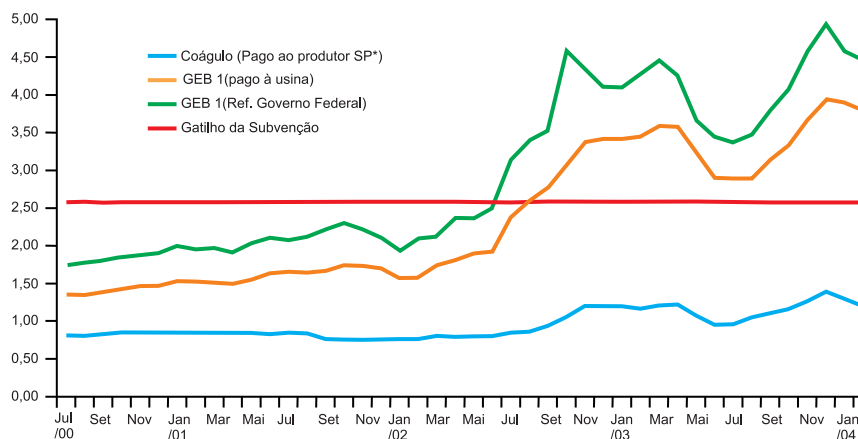


Tabela 3. Programa de subvenção econômica da borracha natural – quantidades e valores despendidos anualmente, por fonte.

Ano	Orçamento		Leilão		Total	
	Quant. (kg)	Valor (R\$)	Quant. (kg)	Valor (R\$)	Quant. (kg)	Valor (R\$)
1997	-	-	17.526.420	15.591.239,20	17.526.420	15.591.239,20
1998	63.000.000	56.700.000,00	-	-	63.000.000	56.700.000,00
1999	45.725.449	41.152.904,53	40.821,132	36.381.723,79	86.546.581	77.534.628,32
2000	45.253.163	40.783.410,56	42.595.927	37.304.024,93	87.849.090	78.087.435,49
2001	47.731.088	42.729.400,00	40.377.751	33.569.903,58	88.108.839	76.299.303,58
2002⁽¹⁾	54.651.816	41.965.800,00	41.676.595	24.365.506,83	96.328.411	66.331.306,83
Total	256.361.516	223.331.515,09	182.997.825	147.212.398,33	439.359.341	370.543.913,42

Fonte e elaboração: Conab.

⁽¹⁾Dados em fechamento.

mercado está remunerando bem a produção do heveicultor. Entretanto, a situação não melhorou para o seringueiro (extrativista), pois mesmo com os preços atuais médios de R\$ 1,78 por quilo de coágulo virgem prensado, com 85% de DRC no Acre, já incluso a subvenção estadual, como produção mensal é muito baixa (cerca de 50 kg por mês por extrativista) não conseguindo gerar renda para se manter na atividade.

As boas condições de mercado estão sendo responsáveis por um maior número de implantações de heveicultura em praticamente todos os estados que compõem a chamada região de escape. Como exemplo, cita-se o caso do Estado de São Paulo, onde foram vendidas

cerca de 5 milhões de mudas nos últimos três anos. Existem atualmente mais de cem viveiros produzindo mudas de qualidade, e o stado tem a meta de plantio de 8 mil hectares por ano nos próximos quinze anos, de modo que devem alcançar 120 mil ha de seringueira no fim desse período.

A Tabela 4 mostra o suprimento de borracha natural no período de 1992 a 2003 e uma projeção para 2004. Pode-se ver que no período após a implantação do Programa de Subvenção Econômica, a participação da produção brasileira na oferta total de matéria-prima para o setor consumidor vem-se mantendo em níveis superiores àqueles observados antes

Tabela 4. Oferta e demanda brasileiras, em toneladas e percentuais.

Ano	Importação		Produção		Consumo		Relação Produção/Consumo
	Quant. (kg)	Variação (R\$)	Quant. (kg)	Variação (R\$)	Quant. (kg)	Variação (R\$)	
1992	88.432	-	30.712	-	119.144	-	25,78
1993	105.011	18,75	40.663	32,40	145.674	22,27	27,91
1994	87.671	-16,51	44.617	9,72	132.288	-9,19	33,73
1995	110.458	25,99	44.297	-0,72	154.755	16,98	28,62
1996	92.987	-15,82	53.438	20,64	146.425	-5,38	36,50
1997	67.076	-27,87	58.400	9,29	125.476	14,31	46,54
1998	120.692	79,93	63.000	7,88	183.692	46,40	34,30
1999	105.493	-12,59	86.546	37,37	192.039	4,54	45,07
2000	147.115	39,45	87.849	1,51	234.964	22,35	37,39
2001	136.465	-7,24	88.108	0,29	224.573	-4,42	39,23
2002	153.459	12,45	95.940	8,89	249.399	11,05	38,47
2003	169.500	10,45	96.500	0,58	266.000	6,66	36,28
2004⁽¹⁾	190.000	12,09	100.000	3,63	290.000	9,02	34,48

⁽¹⁾Projeção Conab.

Fonte: Sociedade Rural Brasileira.

dessa política. É importante notar, também, que o setor vem elevando o consumo de forma importante, tendo passado, durante o período da série, de 119.144 t para 266.000 t em 2003, o que resulta num crescimento da ordem de 123,26% no período de 12 anos, ou uma taxa média de 6,62% ao ano.

Conclusão

A produção mundial de borracha deverá crescer 3,82% em 2004, enquanto o aumento do consumo deverá ser de 3,06%. É estimando que neste ano haverá um leve aumento no estoque de passagem, entre 50 e 100 mil toneladas. Com a política de produção, exportação e formação de preços que foi implantada pelos maiores produtores mundiais é remota a possibilidade de que a borracha venha a ser comercializada no futuro com preços deprimidos, como era o caso até meados de 2002. É importante notar que existem alguns fatores que podem modificar a tendência mundial em longo prazo, como, por exemplo, o perfil de crescimento do consumo da China e da Índia, ou a política de substituição de seringueiras no sudeste asiático, mas que de nenhuma forma afeta o mercado em curto prazo.

O Brasil, onde a seringueira é nativa e já foi o único e depois o principal exportador de borracha bruta do mundo, é, desde 1951, participante constante nas importações mundiais. Atualmente a produção brasileira é de pouco mais de 1% do total produzido no mundo. Todavia, o País é responsável por 3,48% do consumo mundial, daí sua importância. Deve-se ressaltar, ainda, que as perspectivas indicam que a produção deve continuar crescendo para atender à demanda interna e à exportação, especialmente em atendimento à indústria automobilística.

A análise das condições atuais de mercado indica que as perspectivas de preços são boas, não havendo possibilidade de que o mercado interno venha a ser grave. Os preços internacionais devem manter-se sustentados pela política de controle dos principais produtores e os custos de nacionalização encarregarão de tornar o diferencial de preços ainda mais vantajoso para o mercado interno.

Dessa forma, o investimento em novas plantações traduz-se em uma boa opção de investimento, especialmente para os agricultores que estão localizados próximos das regiões consumidoras ou que tem boa logística de escoamento. Seria igualmente importante que a cadeia produtiva desenvolvesse condições para beneficiar-se com agregação de valor à produção, como, por exemplo, o uso do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), do Protocolo de Kyoto e o uso racional da madeira nas plantações que estão sendo renovadas.

Com relação ao extrativismo, o governo federal, por meio dos ministérios do Meio Ambiente, Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, deve desenvolver projetos visando a integração da exploração do látex com outras atividades de extração não madeireira na Região Amazônica, como forma de manter em produção essa importante atividade e elevar o nível de emprego de mão-de-obra, bem como proteger a floresta da região, evitando o roubo de plantas e animais por outros países. Outro ponto muito importante seria desenvolver ou implantar tecnologias de produção e beneficiamento do látex, de modo a agregar valor ao produto dessa atividade e, com isso, aumentar a renda o extrativista.

O Plano da Safra 2004/05, que está em discussão nos ministérios da Agricultura, Fazenda e Planejamento, traz algumas inovações em termos de instrumentos de apoio ao setor produtivo, especialmente no momento da comercialização. A Conab está propondo a inclusão da borracha na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), com aquisições para o produto da Região Amazônica e financiamentos com juros controlados para a produção da região de cultivo. Além disso propõe-se que sejam feitos esforços para facilitar a implantação de novos seringais, buscar incentivos no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL –, da Organização das Nações Unidas – ONU –, sejam buscados incentivos na política brasileira de reflorestamento, sejam aplicados recursos no desenvolvimento ou aclimação de clones mais produtivos e resistentes, etc.